Ata da REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA - CNES

Brasília/DF, 28 e 29 de fevereiro de 2024

Aos vinte e oito e vinte e nove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às 9h, sob a condução do Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária, **Sr. Gilberto Carvalho**, teve início a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), em Brasília-DF. Participaram da reunião, no **dia 28/02/2024**, O Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária, Gilberto Carvalho; os conselheiros: Admirson Medeiros Ferro Júnior, pela Agência de Desenvolvimento Solidário, da Central Única dos Trabalhadores - ADS/CUT; Maria Edinalva Costa Silva, pela Articulação do Semiárido - ASA; Paulo Roberto Anderson Monteiro, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; Jose Alex Borges Mendes, pela Confederação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ; Marcela Vieira Gonçalves, pela Cáritas Brasileira; Sandro Benedito Sguarezi, pela Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobrFe o Trabalho - UNITRABALHO; Alfredo Jairo dos Santos, pela Rede de Gestores de Políticas de Fomento à Economia Solidária; Geni Rosângela Dias, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 8 - Macro Sul; Ana Caroline Carmo da Silva, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária; Maria Helena Mendes Pinheiro, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 6 - Macro Nordeste; Carlos Alencastro Cavalcanti, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 9 - Macro Sul; Celecina Rodrigues dos Santos, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 2 -Macro Sudeste; Tatiane Nascimento Conceição Valente, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 11 - Macro Norte; Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 4 - Macro Nordeste; Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 4 - Macro Nordeste; Abilene Pereira de Brito, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 10 - Macro Norte; ; Elza Santiago, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 2 -Macro Sudeste (suplente); Kristiany Mariely Bender, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 7 - Macro Sul; Francisca Maria da Silva, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 1 - Macro Sudeste; Rosemary Gomes, pelo Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário - Faces do Brasil; Kézia Alice dos Prazeres, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 3 - Macro Sudeste; Vicente Raimundo de Almeida Neves, pelo Grupo de Trabalho da Amazônia; Zander Soares de Navarro, pelo Ministério da Agricultura e Pecuária; Fábio Henrique Ibiapina Gomes, pelo Ministério da Educação; Cesar dos Santos, pelo Ministério da Pesca e Aquicultura; Claudia Lucia Soares de Oliveira, pelo Ministério das Cidades; Manoel Eugênio de Oliveira, pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Carina Mendonça Pimenta, pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Alexandro Cardoso, pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR; Carlos; Daniel de Santos Seidel, pela Pastoral Social da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; Bianca A. Lima Costa, pela Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs; Arildo Mota Lopes, pela União

Ata da REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA - CNES

Brasília/DF, 28 e 29 de fevereiro de 2024

e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL; Maíra Lima Figueira, pela União Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES; Fernando Zamban - SENAES; Flávia Dias, MTE; Rosangela Pereira - ISEC; José Luis Neves Xavier – pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Antonia Vanderlucia Simplício de Oliveira -SENAES; Eduardo Lima Queiroz, pela Organização das Cooperativas Brasileiras OCB; Renata Pinho Studart Gomes - SENAES; Ary Moraes - SENAES. No dia **29/02/2024, estavam presentes:** Gilberto Carvalho, Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária; Conselheiros: Admirson Medeiros Ferro Júnior, pela Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores - ADT/CUT; Maria Edinalva Costa Silva, pela Articulação do Semiárido - ASA; Paulo Roberto Anderson Monteiro, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; Jose Alex Borges Mendes, pela Confederação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ; Carlos Alencastro Cavalcanti, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 9 - Macro Sul; Marcela Vieira Gonçalves, pela Cáritas Brasileira; Sandro Benedito Sguarezi, pela Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - UNITRABALHO; Rosemary Gomes, pelo Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário - Faces do Brasil, Celecina Rodrigues dos Santos, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 2 -Macro Sudeste; Kézia Alice dos Prazeres, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 3 - Macro Sudeste; Ana Caroline Carmo da Silva, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 14 - Macro Centro-Oeste; Fernando Zamban - SENAES; Maria Helena Mendes Pinheiro, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 6 - Macro Nordeste; Alfredo Jairo dos Santos, pela Rede Gestora de Políticas de Fomento à Economia Solidária; Cesar dos Santos, pelo Ministério da Pesca e Aquicultura; Carlos Daniel de Santos Seidel, pela Pastoral Social da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; Kristiany Mariely Bender, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 7 - Macro Sul; Eduardo Lima; Ary Moraes - SENAES; Vicente Raimundo de Almeida Neves, pelo Grupo de Trabalho da Amazonas; Francisca Maria da Silva, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 1 - Macro Sudeste; Abilene Pereira de Brito, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 10 - Macro Norte; Claudia Lucia Soares de Oliveira, pelo Ministério das Cidades; Dora Sugimoto, pela Secretaria Geral da Presidência da República; Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 5- Macro Nordeste; Bianca A. Lima Costa, pela Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs; Alexandro Cardoso, pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR; Antônia Vanderlucia Simplício - SENAES; Tatiane Nascimento Conceição Valente, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 11 - Macro Norte; Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES 4 - Macro Nordeste; Flávia Fernanda Costa, pelo Ministério da Igualdade Racial; Arildo Mota Lopes, pela União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL; Maíra Lima Figueira, da União Nacional de

Ata da REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA - CNES

Brasília/DF, 28 e 29 de fevereiro de 2024

Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES; Ana Luiza Assis - Ministério do Meio Ambiente; Zander Soares de Navarro, pelo Ministério da Agricultura e Pecuária; Dayvid Sousa Santos, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação. Iniciada a solenidade de abertura da reunião, o **Sr. Gilberto Carvalho** saudou a todos e solicitou a apresentação dos presentes com a indicação da respectiva entidade que representa. Em seguida, a **Sra. Gisleide Carneiro**, saudou a todos os presentes e fez um breve histórico da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária, que foi muito importante na construção do Plano de Economia Solidária de 2014, que tinha previsão de duração até 2019, mas houve ruptura por questões governamentais antes da finalização do plano. Ressaltou que há atualmente, demandas urgentes por questões afirmativas na economia solidária, e que são eixos que precisam de avanço. Indicou articulação com outros Ministérios para junção de recursos e consecução dos objetivos planejados. O Secretário Gilberto Informou que havia 34 (trinta e quatro) Conselheiros presentes, portanto, havia quórum suficiente para aprovação das propostas a serem explanadas. Seguidamente, o **Sr. Fernando Zamban** passou para a apresentação da pauta para apreciação e aprovação, que abrangeu os seguintes pontos: 1. Análise de conjuntura - exposição de conjuntura nacional que envolve a interação e articulação com a economia popular e solidária (diálogo entre regiões para trazer elementos de conjunturas locais e parametrização em âmbito nacional); 2. Tratativas sobre a Conferência Nacional de Economia Solidária - aprovações e demais propostas das Comissões de trabalho; 3. Elaboração de Resolução para convocação oficial para a Conferência Nacional de Economia Solidária; 4. Relato das Comissões de Trabalho das atividades realizadas por elas desde a última reunião. Para a ordem do dia seguinte, apresentou as seguintes discussões: 1. Resgate de elementos e encaminhamentos do dia anterior (28/02/2024) e retomar as discussões sobre a Conferência Nacional; 2. Discussões sobre temas e ações que a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária tem desenvolvido em 2023 e com intenção de implementação em 2024; 3. Debates sobre políticas públicas; 4. Encaminhamentos. Conclusivamente, com a aprovação da pauta, seguiu-se para os esclarecimentos de questões suscitadas. O **Sr. Daniel Seidel** fez uma exposição da conjuntura nacional e mundial, trazendo reflexões sobre os desafios postos. Ressaltou que não dá pra se falar em conjuntura sem destacar as mudanças climáticas, porque as pessoas mais atingidas são aquelas abraçadas pela economia solidária. Citou, também, a questão dos conflitos internacionais, como as guerras entre Rússia e Ucrânia e, mais recentemente, os conflitos armados entre Israel e Palestina, na faixa de Gaza, que impactam e sensibilizam o mundo. Colocou em questão o aumento dos feminicídios no país e a morte dos negros periféricos, muitas vezes provocadas por policiais. Citou a ameaça à democracia brasileira, que é o bem mais precioso de nosso país. Em momento de fala, o **Sr. Gilberto Carvalho,** brevemente destacou pontos em relação à “politicidade” no país e que se faz importante reforçar que os ideais neofacistas apregoados pela população de extrema direita criam barreiras para as propostas do governo atual. Indicou que deve ser encontrado

Ata da REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA - CNES

Brasília/DF, 28 e 29 de fevereiro de 2024

um diagnóstico efetivo para um diálogo pacificador e presença real de rompimento de barreiras para melhor alcance dos abrangidos pela economia solidária. Sugeriu a reconstrução da população quanto a conceitos de nação, povo e cidadania para além de construções e obras físicas, mas como assistência social. Em relação às atas das reuniões anteriores, Fernando Zamban ressaltou que os textos foram distribuídos e pediu a todos os presentes que fizessem uma leitura e encaminhassem as sugestões de alterações, acréscimos, correções para o e-mail da SENAES e, após as correções, seria realizada uma aprovação simbólica. A Conselheira Francisca, registrou que, por ter visão reduzida, precisava de um texto acessível. A esquipe da SENAES ficou de providenciar a adaptação das atas para dar acessibilidade à conselheira. Seguidamente, o **Sr. Ary Moraes** propôs pausa para que as regiões conversassem entre si para posterior explanação sobre a análise de conjuntura de cada região do país, em grupos separados. O **Sr. Arildo Mota Lopes** retomou a reunião, solicitando aos representantes os relatos pacificados de cada região, estimando em 5 minutos o tempo de fala para cada representante. Passou-se aos relatos consensuados das regiões: **1. Região Nordeste (Sra. Alzira Medeiros) -** Pontuou a existência de Fóruns em todos os 09 (nove) estados da região e questionou a falta de investimentos públicos para a política de economia solidária. Destacou que os Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Bahia e Paraíba têm Conselhos Estaduais e políticas mais ou menos delineadas para a economia solidária, com programas de orçamento. Discorreu que os estados do Ceará e Piauí não têm Conselhos, e não apresentam dinâmica da economia solidária. Pernambuco, Sergipe e Alagoas, possuem Conselhos que têm caráter deliberativo, mas que, desde 2017, não possuem nomeação de conselheiros e política de ação para a economia solidária. Falou sobre economia solidária no meio rural, que se faz extremamente importante na região nordeste por ter pessoas residindo nessas regiões rurais e que necessitam de políticas reforçadas para essa vertente. Como contraponto negativo, citou a desarticulação entre os entes federados. **2. Região Centro-Oeste (Sra. Ana Caroline da Silva)** - No Estado de Goiás, citou a desarticulação da agricultura, que é a atividade prevalente na região. Enfatizou que faltam incentivos para a questão cultural, que é muito rica na região. Também falou da necessidade de centros de formação em economia solidária para inclusão dos jovens. Destacou a questão de invasões aos terreiros de Umbanda e Candomblé no estado do Goiás, por conta do preconceito religioso, que é muito presente na região. Sugeriu maior mobilização das bases. **3. Região Norte (Sra. Tatiane Valente) -** Ressaltou que a crescente do agronegócio é problema na região, por conta da relação climática que tem trazido prejuízos irreparáveis tanto no campo urbano quanto rural. A crescente defesa da política da extrema direita causa uma

barreira para a economia solidária na região. A questão da fome tem levado à morte de muitas pessoas representantes de povos tradicionais e originários, também por conta do desvio de recursos públicos, destinados à segurança alimentar

Ata da REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA - CNES

Brasília/DF, 28 e 29 de fevereiro de 2024

dessa população. Citou a ausência de políticas públicas que dialoguem com a realidade Amazônica. **4. Região Sudeste (Sra. Kézia dos Prazeres) -** Falou que existe, desde 2016, Fórum em todos os Estados, apresentando como destaque nas políticas públicas, o estado do Rio de Janeiro. Porém ressaltou que o Conselho Estadual do Rio de Janeiro, não funciona por falta de diálogo aprofundado com o poder público Estadual. Já em São Paulo, citou que o Conselho não foi instituído e que a economia solidária não está na pauta do governo local. Já no Espírito Santo tem conselho funcionando, porém poucos fóruns municipais. Citou os empreendimentos informais, que são os maiores responsáveis pela economia local. **5. Região Sul (Sra. Kristiany Bender) -** Relatou que os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, têm leis a respeito da política de economia solidária e também possuem conselhos. Porém, ressaltou como dificuldade a prevalência do governo de direita. Preocupou-se com a fala de alguns gestores públicos locais, menosprezando a questão da economia solidária. Reforçou a questão da mobilização para valorização da agricultura familiar e fomento à atividade. Finalizadas as questões de conjuntura regional, o **Sr. Alexandro Cardoso** assumiu a fala discorrendo sobre questões sociais de energias renováveis e trabalho infantil, que inviabilizam o estudo adequado às crianças e aos adolescentes, por estarem em ambiente de trabalho, ao invés de priorizando a construção educacional. Deu continuidade na fala destacando pontos como desmatamento, poluição das águas, falta de investimentos nas universidades, genocídio do povo do campo, falta de informação, falta de agenda de movimentos da economia solidária, dentre outras problemáticas. Porém, destacou que almeja que a economia solidária ganhe espaço e que, mesmo sem apoio técnico e plano de viabilidade, o conselho se fará cada vez mais presente em todo o território nacional. O **Sr. Ary Moraes** parabenizou o conselho pela análise da conjuntura e indicou que a atividade deve ser realizada com mais frequência. Relatou a importância do debate para a consecução das metas do conselho. O **Sr. Gilberto Carvalho** pontuou que o conselho precisa dar mais vida à economia solidária, e prometeu esforços persistentes para alcance e articulações nas bases. Finalizando o primeiro período da reunião, o **Sr. Fernando Zamban** agradeceu a todos e enfatizou a relevância da temática a ser tratada no período vespertino da reunião. Retomada a reunião, o **Sr. Fernando Zamban** explanou que o foco das discussões seguintes é a Conferência Nacional da Economia Solidária. O **Sr. Gilberto Carvalho** citou as aprovações que foram feitas na reunião passada: 1. Aprovação da Conferência Nacional, prevista para junho de 2024; 2. Aprovação de 03 (três) comissões de trabalho; e, 3. Aprovação de calendário para realização de Conferências Municipais, Estaduais e Nacional. Indicou que após discussões, foi colocada uma proposta alternativa em relação à Conferência Nacional devido à falta de tempo. Indicou que houve atraso no início das atividades do ano de 2024, devido a questões burocráticas. Sugeriu estender o prazo para a Conferência Nacional. Ato contínuo, o **Sr. Fernando Zamban** prosseguiu com relato contextualizado sobre a discussão a respeito da Conferência Nacional. Em seguida, houve alteração consensual dos conselheiros em relação ao tema proposto para a Conferência

Ata da REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA - CNES

Brasília/DF, 28 e 29 de fevereiro de 2024

Nacional, ocorrendo a supressão do termo "sustentáveis", que viria logo após o termo "democráticos", ficando **o tema definido pelo Conselho, como: "Economia Popular e Solidária como Política Pública: construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação".** Prosseguiu-se com o cronograma aprovado pelo Conselho, no qual ficou estabelecido que, entre março e 05 de maio, seriam realizadas as conferências municipais ou territoriais preparatórias para as Conferências Estaduais, que deveriam acontecer entre os dias 06 a 27 de maio, para posterior período de sistematização; já entre os dias 28 de maio a 27 de junho, ocorreria a Conferência Nacional de Economia Solidária. A comissão organizadora do evento, se subdividiu em 3 (três) subcomissões, a saber: 1. metodologia e sistematização; 2. mobilização e comunicação; e, 3. Infraestrutura e finanças. Fernando explanou, ainda, sobre as atribuições das subcomissões e atividades que foram realizadas. A **Sra. Gisleide Carneiro** fez uma complementação à fala, indicando que a comissão de mobilização e comunicação propôs a próxima reunião para o dia 04 de março de 2024, para a continuação de pontos relevantes para a organização. A comissão de infraestrutura e finanças, representada pela **Sra. Kézia dos Prazeres**, indicou que, na última reunião, houve reflexão sobre as últimas conferências e a análise de quais pontos deveriam ser melhor estruturados para compor os debates na Conferência Nacional. A **Sra. Alzira Medeiros** discorreu sobre a metodologia e ressaltou o debate inicial, que teve a cooperação de pessoas de todas as regiões, destacando dois pontos que foram observados pela comissão: a recomposição do Conselho e a animação e mobilização dos municípios na base solidária. Sugeriu, ainda, a releitura do plano aprovado na 3° (Terceira) Conferência realizada em 2014. O **Sr. Fernando Zamban**, a respeito da sistematização, falou sobre a tarefa de construção intelectual do documento e ressaltou a dificuldade em convergir linguagem para a forma mais clara e objetiva possível. Logo em seguida, foi aberta a discussão sobre a proposta de extensão do cronograma de mobilização nas bases. A **Sra. Tatiane Valente** relatou que, após reunião do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, foi pontuado pela maioria dos conselheiros presentes pela manutenção do calendário original, com a justificação de que as bases já haviam iniciado a mobilização e a articulação das ações nos territórios. A **Sra. Marcela Vieira** ressaltou que a maior preocupação da Comissão Permanente é quanto ao prazo que, se for de comum acordo manter o calendário, seria mantido, porém, o momento é complicado, devido ao período eleitoral e que se torna apertada a questão das datas para que seja feita uma Conferência Nacional com o mínimo de qualidade que o assunto exige. A **Sra. Maíra Lima Figueira** concordou com a ampliação do prazo da conferência, avaliando o processo de reconstrução do governo, como fase delicada e que necessita de tempo para mobilização efetiva dos componentes da Economia Solidária. O **Sr. Jairo dos Santos** indagou que o momento é de que a Lei Nacional de Economia Solidária seja aprovada no Congresso, por estar mais do que na hora de normatizar essa questão. O **Sr. Alexandro Cardoso** reforçou que há necessidade de mobilização das bases, justificando que a Conferência Nacional está

Ata da REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA - CNES

Brasília/DF, 28 e 29 de fevereiro de 2024

sendo priorizada em relação à fragilidade atual da economia solidária, que deve ser fortalecida para que se cumpra o propósito de uma Conferência Nacional de grande porte e estrutura. Em função dos debates incorridos, se faz necessário o fortalecimento das conferências estaduais. Ato contínuo, houve apresentação de algumas propostas para aprovação. **1° proposta:** Convocação intitulada como 4ª Conferência Nacional da Economia Solidária, sem necessidade de, como anteriormente previsto, ter o caráter de extraordinária; **2° proposta:** Convocar Conferência ampliada e realizar um evento, ainda em 2024, para sensibilizar ministérios, parlamentares e governo de forma geral para o tema da Economia Solidária, que foi denominado como "Conselho Nacional de Economia Solidária Ampliado"; **3° proposta:** Conferências territoriais e municipais até junho (antes do período eleitoral), conjuntamente com a revisão e atualização do Plano Nacional de Economia Solidária; **4° proposta:** Conferências temáticas e livres realizadas entre julho e outubro (dentro do período eleitoral); **5° Proposta:** Conferências estaduais em novembro e dezembro de 2024, garantindo a mobilização já iniciada pelos territórios; e, **6° proposta:** Etapa da Conferência Nacional postergada para março de 2025, já utilizando orçamento do exercício vigente. Houve consenso dos conselheiros para recepção das propostas apresentadas. O **Sr. Gilberto Carvalho** agradeceu a todos os presentes e finalizou a ordem do dia. O **Sr. Gilberto Carvalho** deu início à solenidadede abertura do segundo dia de reunião, saudando os participantes e convocando para fala o **Sr. Fernando Zamban.** O Diretor de Parcerias e Fomento destacou a ordem da pauta do dia, sugerindo que na primeira parte da manhã, as comissões de trabalho se reúnam a partir do encaminhamento de alteração do cronograma feito no dia anterior para posterior discussão e referendo da agenda. Em continuidade, indicou para discussão as ações da SENAES, apresentando o planejamento e a proposta orçamentária. Em seguida, discorreu sobre pontos de discussão de ações que a SENAES precisa encaminhar e conversar com o Conselho, a saber: Sistema Nacional de Finanças Solidárias, CADSOL, Programa de Agentes Populares de Economia Solidária, o Programa Manoel Querino e outras ações que, eventualmente, no relato principal se façam necessários diálogos, com posterior finalização com os encaminhamentos. O **Sr. Jairo dos Santos** fez resumo dos assuntos tratados no dia anterior, engrandecendo a participação e representação das regiões do país para fortalecimento da economia solidária. Seguidamente, o **Sr. Fernando Zamban** direcionou as comissões às salas para discussões específicas e posterior consenso acerca do cronograma atualmente proposto. Após momento de debates entre os grupos, o **Sr. Fernando Zamban** retomou a reunião indicando 5 minutos de fala para os representantes dos grupos de discussão se posicionarem a respeito da temática debatida. Iniciando as exposições, a **Sra. Marcela Vieira** discorreu sobre a sugestão feita no grupo de que a reunião do Conselho ampliado tenha 300 (trezentos) participantes, mais os 56 (ciquenta e seis) conselheiros, com as seguintes proporções: 50% - empreendimentos, 20% - entidades de apoio, 20% - gestão pública e 10% - convidados, observando os critérios de inclusão. Sugeriu que exista fluxo de comunicação do Conselho/SENAES para

Ata da REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA - CNES

Brasília/DF, 28 e 29 de fevereiro de 2024

a convocatória ampliada aos estados participantes. O **Sr. Jairo dos Santos** seguiu propondo que a reunião ampliada seja realizada, no mínimo, por dois dias, e indicou que já fosse marcada a próxima reunião *online* do Conselho. Representando a comissão de finanças e infraestrutura, a **Sra. Ana Caroline da Silva** sugeriu a participação de 326 (trezentos e vinte e seis) pessoas na reunião ampliada, sendo 10 delegados por estado, mais os conselheiros. Propôs 3 (três) dias de encontro, sendo 1(um) para reunião e 2 (dois) dias para a conferência ampliada, com datas nos dias 29, 30 e 31 de maio de 2024. Representando a comissão de sistematização e tecnologia, a **Sra. Alzira Medeiros** ressaltou que o texto deve ser simples e objetivo e partiu para citação de eixos, indicando aproveitamento dos citados na 3° Conferência. Na questão da conjuntura, destacou que é relevante citar os problemas climáticos, fome e democracia. Enfatizou a ideia de participação de 1500 (mil e quinhentos) delegados na Conferência Nacional de Economia Solidária, referenciando a Conferência passada, propondo o seguinte recorte: 50% - empreendimentos, 25% - gestores públicos com trabalho reconhecido em economia solidária, e, 25% entidades de apoio e fomento à economia solidária, sendo, dessa proporção, 50% mulheres e LGBTQIANP+. O **Sr. Fernando Zamban** deu uma pausa finalizando o período matutino da ordem do dia e indicando continuidade no período da tarde. Prosseguindo para o período vespertino, o **Sr. Fernando Zamban** retomou a reunião e trouxe para consenso dos conselheiros, as datas dos dias 06, 07 e 08 de maio de 2024 para a realização do Conselho Nacional de Economia Solidária Ampliada. Sugeriu-se que, nos dias do evento, o espaço possa contar com uma estrutura para amostra de economia solidária e exposição de produtos e outros materiais de cada região, como bandeira, por exemplo. Segundo ponto, em consenso entre os conselheiros e o Comitê Permanente, definiram como quantitativo de participantes para o evento, 10 (dez) pessoas por estado - compreendendo empreendimentos, gestores e entidades de apoio, mais os conselheiros, totalizando 326 (trezentos e vinte e seis) pessoas, ficando cada estado responsável pela mobilização e distribuição de participantes. Definiu-se que, na falta de gestores e entidades de apoio comprometidos com a economia solidária, focaria-se na participação de delegados de empreendimentos. Ficou definido que as conferências municipais e territoriais acontecerão entre abril e junho; de julho a outubro, as conferências temáticas e livres; novembro e dezembro de 2024, ocorreria as conferências estaduais E que abril de 2025 seria realizada a Conferência Nacional. Sobre o tamanho da Conferência Nacional, houve duas sugestões, uma de 2500 (duas mil e quinhentas) pessoas e outra de 1500 (mil e quinhentas) pessoas. Ficando, no dado momento de reconstrução da economia solidária, inviável o custeio de 2500 (duas mil e quinhentas) pessoas. Definiu-se, então, 1500 (mil e quinhentos) delegados mais 100 (cem) convidados para participação na Conferência Nacional de Economia Solidária, com previsão de ocorrência em abril de 2025. A data será definida em próximas reuniões e posteriormente divulgada. Para critério de distribuição de delegados por estado, definiu-se a mesma proporcionalidade da última Conferência Nacional. Quanto à composição de delegados da etapa nacional,

Ata da REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA - CNES

Brasília/DF, 28 e 29 de fevereiro de 2024

para cada 10 (dez) participantes de uma territorial, será destinado 1 (um) delegado para a Estadual. Para a proporção de participação, a **Sra. Tatiane Valente** enfatizou a importância da pluralidade de pessoas, mas sem definir percentual mínimo, para que não incorra em trazer participantes que não tenham interesse direto na temática da economia solidária, mas que participem pessoas realmente envolvidas no assunto. A **Sra. Ana Caroline da Silva** ressaltou que a participação da população jovem é de extrema relevância, pois precisam conquistar espaços onde não estão inclusos, e como encaminhamento, sugeriu recomendação de Conferência temática das juventudes. Ressaltou-se que, dos 1500 (mil e quinhentos) delegados, a proporção de participação ficou definida da seguinte forma: 50% empreendimentos econômicos solidários, 25% gestores de políticas públicas e 25% entidades de apoio e fomento, sendo que há recorte prioritário de que 50% precisam ser mulheres e 20% jovens, em qualquer circunstância, envolvidos com a economia solidária. Destacou-se que, nesse recorte, existam participação significativa de povos indígenas, quilombolas, população negra e demais entidades. O **Sr. Fernando Zamban** solicitou aos conselheiros que, após eventuais propostas de correção, a aprovação das atas das 02 (duas) reuniões anteriores fossem realizadas pelos presentes, considerando então as atas aprovadas. Ato contínuo, o **Sr. Gilberto Carvalho** discorreu sobre a prestação de contas do processo de planejamento e atividades da SENAES previstas para 2024, citando dois setores fundamentais na SENAES, que é o Departamento de Projetos, coordenado pela **Sra. Renata Studart** e o Departamento de Parcerias coordenado pelo **Sr. Fernando Zamban**. Continuamente, passou a palavra para a **Sra. Renata Studart**, que fez uma contextualização do planejamento da SENAES. Indicou que, para o ano de 2024, as diretrizes são: fortalecer as iniciativas de economia popular e solidária, construção de redes produtivas, fundamentadas nos princípios de autogestão, cooperação, sustentabilidade ambiental, participação popular e valorização das dinâmicas territoriais. As diretrizes estratégicas ficam divididas em 03 (três) eixos: 1. A institucionalidade, visibilidade e capilaridade da economia solidária; 2. Finanças e fomento; e, 3. Formação e educação popular, qualificação e assessoria técnica, formação política e cidadã. Indicou que há previsão para o programa de agentes, que será viabilizado com a execução, em parceria com a FUNDACENTRO, que dispõe de possibilidade jurídica de pagar bolsas, desde que haja edital e sejam definidos critérios. Enfatizou que a necessidade atual é mobilizar os educadores populares como principal eixo norteador do programa. Sugeriu o seguinte calendário: Março - conversa sobre agentes; Abril - seleção de primeiro bloco de 300 (trezentos) agentes e coordenadores estaduais, sendo indicado pelo menos 1 (um) por estado, para que o pessoal esteja trabalhando até maio. Previu segundo edital para agosto, para que em setembro o pessoal já esteja trabalhando e, terceiro edital em novembro, para agentes já estarem trabalhando em dezembro. Discorreu, ainda sobre o objetivo do projeto, que até o final do ano de 2024, tenham 1000 (mil) agentes trabalhando. Reforçou que a estratégia política é a articulação. Destacou que o curso de formação terá a carga horária

Ata da REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA - CNES

Brasília/DF, 28 e 29 de fevereiro de 2024

total de 200 (duzentas) horas, e os professores serão pagos por hora/aula. A prioridade para seleção dos cursistas é ser integrante da economia solidária, critério já clarificado em edital. Sobre as incubadoras, destacou que a primeira demanda é a retomada do Comitê Gestor, que foi extinto no governo anterior. Comunicou a necessidade de reunião presencial do Comitê Gestor e planejamento anual, com edital para apoiar no mínimo 15 (quinze) incubadoras, com perspectiva de aumentar esse quantitativo. Todas as proposições expostas devem ter previsão para acontecer entre março, abril e maio de 2024. Informou ainda, que o CADSOL deixou de ser um programa do Departamento de Projetos. Já o diretor do Departamento de Parcerias e Fomento, o **Sr. Fernando Zamban,** informou que um pedaço significativo deste departamento está envolvido com a parte operacional das parcerias. Partiu para a questão das finanças solidárias, que retomaram uma discussão ocorrida em 2023 e confluíram esforços para a retomada da criação do Sistema Nacional de Finanças Solidárias, que é uma demanda do Plano Nacional de Economia Solidária. Em seguida, previu instrumento legal que cria e regulamenta o Sistema Nacional de Finanças Solidárias. Essa é uma estratégia de ampliação de acesso à créditos e aos empreendimentos econômicos solidários, que é uma demanda antiga da economia solidária. A ideia é que o sistema organize os instrumentos de finanças e favoreça os empreendimentos, inclusive com criação de fundo próprio com acesso de recursos do FAT, BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Petrobrás e outras entidades que colaborem com o empreendimento. Mostrou o resumo do orçamento da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, aprovada no Ministério do Trabalho e Emprego no Governo Federal, considerando restos a pagar no valor de R$3.200.000,00, que já está comprometido com a FUNDACENTRO, na implementação do programa de agentes explanado anteriormente. A Lei Orçamentária Anual - LOA de 2024, depois de aprovada oficialmente pelo Congresso Nacional apresentou recursos no total de R$47.150.000,00, sendo divididos em dois blocos: 1) Recurso discricionário - aquele que está no Ministério do Trabalho carimbado para a Secretaria Nacional e que pode ser utilizado para execução das atividades com instrumentos legais preparados para isso como chamada, visita de monitoramento aos convênios, sistema de fomento, custeio, viagens e outras ações, dispondo para esse bloco o total de recursos no valor de R$13.583.000,00; e, B) Recursos para emendas parlamentares, indicadas pelos deputados e senadores para serem celebradas pela Secretaria Nacional, totalizando o dispêndio o valor de R$30.367.425,00. A emenda parlamentar é impositiva, e deve haver plano de trabalho demonstrando relação com a economia solidária. Nesse caso, os recursos das emendas não possuem governabilidade por parte da Secretaria. Mediante planejamento e ações a serem executadas em 2024, foi feito levantamento de que haveria necessidade de R$50.000.000,00 adicionais, precisando a Secretaria dialogar com o Ministério para viabilidade do recurso, totalizando então, o orçamento de R$71.900.000,00 para 2024, mas o que está efetivamente já garantido é o valor de R$13.500.00,00. A seguir, o **Sr. Gilberto Carvalho** propôs que se pretende fazer uma chamada pública o quanto antes

Ata da REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA - CNES

Brasília/DF, 28 e 29 de fevereiro de 2024

possível totalizando o valor de R$53.000.000,00, sendo R$28.000.000,00 para 2024. Explicou como se dá o processo, em que é lançado o edital com estipulação de data; as entidades mostram projeto para ter acesso ao processo de seleção, e as articulações realizadas para que os empreendimentos tenham acesso. Encerrada a fase dos informes, passou-se para a inscrições e intervenções dos conselheiros. A **Sra. Tatiane Valente** parabenizou a equipe pelo desdobramento, e ponderou que há necessidade de outras qualificações profissionais, propondo participação das bases em Comitês para proposição de atividades que façam diferença na construção e fortalecimento dos empreendimentos da economia solidária. A **Sra. Gisleide Carneiro** demonstrou preocupação com o programa dos agentes em relação à ajuda de custo, não apenas com enfoque na bolsa, mas de meios que garantam que os inscritos consigam concluir a profissionalização. A **Sra. Rosemary Gomes** trouxe à discussão a relação de articulação entre a economia solidária e o sistema "S" como um todo para cooperação e efetivação das atividades idealizadas pelos conselhos. A **Sra. Kristiany Bender** acrescentou que, além de existir o diálogo entre conselhos, deve haver diálogo nos fóruns para o fortalecimento das bases. A **Sra. Ana Luíza Assis** discorreu brevemente sobre os temas colocados e destacou que na Secretaria de Bioeconomia, tem feito esforço de cadastro das organizações de base, que é um trabalho de interface muito importante a ser pensado. Em seguida, a **Sra. Xica da Silva** relatou que a falta de recursos para consecução das atividades preocupa, e questionou se há algum projeto da SENAES para as superintendências nos Estados. O **Sr. Jairo dos Santos** opinou sobre a importância em melhorar a publicidade dos processos, para abrangência de todas as redes para que se alcance os governos e os estados nos debates de fóruns e redes, para fortalecimento da sistematização. A **Sra. Rosangela** questionou a relação do Ministério das Mulheres com a economia solidária, que é uma integração que deve existir. O **Sr. Admirson Medeiros Ferro Júnior** ofereceu apoio em relação à comunicação e sugeriu a criação de programa para produção de conteúdos para divulgação do trabalho da economia solidária. A **Sra. Marcela Vieira lamentou** não ter tido momento para discussão da política de economia solidária pela ótica dos Ministérios presentes. A **Sra. Kézia dos Prazeres** indicou que os espaços com enfoque na economia solidária sejam institucionalizados através das políticas públicas estaduais e municipais para que se alcance uma política de Estado e não apenas de Governo. O **Sr. Gilberto Carvalho** retomou a fala enfatizando que o compromisso com o primeiro edital de chamada pública será para empreendimentos de mulheres. Sugeriu mais reuniões, mesmo que virtuais, para continuidade de articulação e diálogo sobre as atividades da economia solidária. Sugeriu retomar reuniões bimestrais. Ressaltou que deve haver incidência mais forte da SENAES junto aos governos estaduais e municipais para interlocução para que as explanações teóricas ocorram na prática. Destacou que os agentes irão receber uma ajuda de custo no valor de R$ 3.200,00, não tendo previsto verba de deslocamento, destacando uma possibilidade orçamentária de viabilizar a questão do transporte. Agradeceu a todos os participantes e indicou que o Conselho está em processo de

Ata da REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA - CNES

Brasília/DF, 28 e 29 de fevereiro de 2024

construção e ainda tem muito a conquistar. *Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, Gilberto Carvalho deu por encerrada a reunião do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). E, para que tudo fique devidamente documentado, a presente ata será lavrada e, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado. Brasília, 29 de fevereiro de 2024.*